

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II

CENTRO DE HUMANIDADES

CURSO: BACHARELADO EM HISTÓRIA

ESTADO E AGRICULTURA NO BRASIL: 1960-1980

Por

Rosilene Dias Montenegro

Dezembro - 1988

E S T A D O   E   A G R I C U L T U R A   N O  
B R A S I L   1960-1980

- Estudo sobre a expansão do capitalismo no campo e sua relação com o desenvolvimento recente da agricultura brasileira.

por

Rosilene Dias Montenegro  
bacharelada em História  
na UFPA - Campus II.

Monografia que apresenta à Banca Examinadora, composta pelos Professores Martha Lúcia Ribeiro Araújo (orientadora), Josemir Camilo (membro) e Gervácio Aranha.

Dezembro - 1988



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

## INDICE

Apresentação .....	2
Introdução .....	3
1. Fase Atual do Capitalismo e suas especificidades no Brasil	5
2. Intervenção do Estado na Agricultura .....	7
2.1. - Estratégia do Intervencionismo Estatal.....	7
2.2. - Beneficiamento das Empresas Agrícolas com a Inter - venção Estatal .....	17
3. Expropriação do Campesinato .....	18
Conclusão .....	21
Bibliografia .....	23
APÊNDICE	

## AGRADECIMENTOS

Durante o período de elaboração da monografia Estado e Agricultura no Brasil: 1960-1980, que ora apresento, tive a felicidade de contar com o apoio e incentivo de várias pessoas amigas, o que me foi de grande importância, pois sem isso não teria conseguido chegar ao que me propunha.

Esse apoio se deu de variadas formas, desde as palavras amigas, a datilografia até as sugestões, críticas e orientações ao nosso trabalho monográfico.

Fico, portanto, agradecida a Antônia Maria Vêras, Sandra Lúcia Chaves, Damião Lima, Maria das Graças Vieira de Castro, Flávio André Monteiro Saraiva, Ivony Lídia Monteiro Saraiva, Waldomiro Cavalcanti, Martha Lúcia Ribeiro de Araújo, a Eliete Queiroz Gurjão e aos meus irmãos.

Agradeço em especial a José Benjamim Montenegro, companheiro de todas as horas, a Juliana Dias Montenegro, minha filha, ao nosso nenem que carrego em meu ventre, e aos meus pais, pelo apoio, compreensão e estímulo.

## APRESENTAÇÃO (AUTO CRÍTICA?)

A monografia que ora apresentamos é fruto de uma pesquisa bibliográfica.

O tema Estado e Agricultura: 1960-1980 não é uma tema original, dado a vasta bibliografia produzida sobre o Estado e Agricultura. A nossa escolha por esse assunto advém de um interesse, já de algum tempo, em estudar a questão do Estado relacionado a agricultura, sob o prisma do desenvolvimento do capitalismo no campo. FALETA  
DE OR  
61 NA  
DADE?

Nosso trabalho monográfico é passível de algumas críticas, tais como: o tema não ser original, o tema ter sido trabalhado apenas sob o aspecto teórico. No entanto essas críticas, no nosso entender, não diminuem o valor do nosso trabalho que será aprofundado em estudo posterior, uma vez que estamos apenas no início da nossa vida acadêmica.

No nosso trabalho não conseguimos chegar até a questão específica do Nordeste e menos ainda da Paraíba. Isso se deveu a problemas de ordem pessoal e do pouco tempo que dispusemos para trabalharmos na nossa monografia. O que foi lamentável. No entanto, o que conseguimos produzir não perde seu significado, inclusive porque dentro do nosso curso de Bacharelado em História essa temática não tem sido estudada com profundidade.

Acreditamos que o nosso trabalho possa contribuir para despertar interesse nos alunos de história sobre esse assunto ou no mínimo suscitar críticas acadêmicas e não pessoais ou do "achismo".

Peço desculpas aos meus colegas de curso, que realmente se interessam pela elevação do nível de qualidade do nosso curso de História, por não ter conseguido fazer o que me propunha e transferir para eles parcela desse compromisso futuro.

## INTRODUÇÃO

O objeto deste trabalho é analisar a expansão do capitalismo financeiro no campo, e a sua relação com o desenvolvimento da agricultura brasileira. Buscando, desta forma, a essência do processo de desenvolvimento recente da agricultura brasileira, a qual se fundamenta na sua ligação intrínseca com a expansão do capitalismo financeiro no campo.

A abordagem do objeto deste trabalho será feita através de uma breve análise sobre a relação entre o Estado e a Agricultura no Brasil, enfocando os aspectos históricos e econômicos que envolvem essa problemática. Para tanto, delimitamos a abordagem do assunto no período que compreende os anos de 1960 a 1980, quando se processa várias mudanças na economia, particularmente após o golpe de Estado, em 1964.

Como o tema possui uma certa variedade de aspectos políticos, econômicos e sociais, detivemo-nos a abordar três pontos gerais de grande significado.

Primeiro, para introduzir a abordagem desse tema, por demais complexo, faremos uma análise histórica do capitalismo e do desenvolvimento do Estado, no Brasil. Pretendemos, assim, fornecer elementos para melhor compreensão do caráter e do papel do Estado na organização sócio-econômica recente da sociedade brasileira.

Segundo, veremos a intervenção do Estado na Agricultura, mostrando que a orientação para o desenvolvimento econômico da agricultura brasileira, que se lineava em fins dos anos cinquenta, com o golpe militar de 1964, tornou-se uma política econômica clara e bem formulada, para a consecução desses fins. Abordaremos também os benefícios que esta política econômica proporcionou aos monopólios na

cionais e estrangeiros.

Terceiro, analisaremos as consequências sócio-econômicas do desenvolvimento da agropecuária e do processo de expansão do capitalismo financeiro no campo. Mostrando que o extraordinário desenvolvimento da agricultura brasileira, ocorrido nesse período recente, colocou um enorme contingente de trabalhadores rurais em condições miseráveis de vida, ao mesmo tempo em que transformou as relações de produção no campo.

TRAO  
FOA  
DQUAN  
dHE  
CONV  
NIEN

O método utilizado foi a escolha do tema, a definição do objeto do trabalho, a seleção da bibliografia e por fim a análise do tema relacionado, em seus aspectos, com o objeto.

O método que utilizamos levou-nos a compreensão de que a expansão do capitalismo financeiro no campo está indissolavelmente ligada ao desenvolvimento recente da agricultura brasileira. E que as contradições dessa relação se apresentam na crise porque passa a agricultura hoje.



DO CAPITALISMO NO BRASIL E SIM A INSERÇÃO DO BRASIL NO CONTEXTO DA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

1. FASE ATUAL DO CAPITALISMO E SUAS ESPECIFICIDADES NO BRASIL

TALVEZ A ALGUMA DEVERESSE OPERAR UMA MODIFICAÇÃO DO TÍTULO. ISTO PORQUE NÃO SE ABORDOU AS ESPECIFICIDADES

Para se entender as especificidades do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil é necessário entender a sua inserção na cadeia internacional do capitalismo. Nesse sentido, faz-se necessário uma rápida análise da fase atual do capitalismo: o imperialismo.

O imperialismo, fase atual e última porque passa o sistema capitalista, deve ser entendido como uma categoria formulada da investigação do processo real de desenvolvimento da sociedade capitalista. Assim sendo, o imperialismo é uma categoria de análise que se fundamenta em condições concretas, e que se entendida em sua totalidade, nos permitirá uma interpretação correta da nossa realidade econômica e social, dentro do contexto da história contemporânea atual.

O imperialismo, é a fase do capitalismo financeiro gerado pela fusão do capital industrial com o bancário. Segundo Lenin "O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios que trazem consigo, em toda a parte, a tendência para a dominação e não para a liberdade" (LENIN, V.I, O Imperialismo fase superior do capitalismo - p. 126).

A fase do imperialismo é a mais desenvolvida do sistema capitalista e também a fase em que as contradições desse sistema chegam ao seu mais elevado grau de desenvolvimento, acumulando e concentrando riquezas, gera sua própria negação que é o monopólio, o qual objetiva a socialização do trabalho e da produção, sem o qual não é possível, historicamente, a implantação do sistema socialista.

O imperialismo surgiu por volta de 1870 e tem se desenvolvido, até hoje, nos países capitalistas. No seu desenvolvimento o imperialismo cria novas situações sócio-econômicas e políticas, que sem modificar a essência de seu desenvolvimento: acumulação e concentração de riquezas; mundialização do capitalismo, mudança qualitativa no caráter do Estado, que passa a desempenhar o papel de intervencionista e gerenciador dos interesses dos monopólios, e a fomentação de guerras; opera transformações fundamentais na sociedade capitalista.

O capitalismo, em sua fase imperialista, aprofunda o desenvolvimento dos monopólios e da economia capitalista, onde o caráter do Estado, enquanto gerenciador dos interesses dos monopólios e da economia capitalista, onde o caráter do Estado, enquanto gerenciador dos interesses dos monopólios, é algo imprescindível ao sucesso da estratégia imperialista de auto-perpetuação. Por outro lado agudiza as suas contradições, tornando cada vez mais objetiva a socialização do trabalho através da divisão internacional do trabalho e da produção, ao mesmo tempo em que eleva as contradições entre as classes sociais.

No seu processo de desenvolvimento, o imperialismo passa por algumas fases, sendo que a atual, "... tem como principal característica a internacionalização do capital: o modo-de-produção capitalista se reproduz, de forma específica, no interior das formações sociais dominadas e dependentes, estabelecendo as bases de uma economia mundial" (OHLWEIR, Otto Alcides. O capitalismo contemporâneo, p. 78).

A economia brasileira está inserida na cadeia internacional do capitalismo. E sendo o Brasil um país periférico, portanto, de economia dependente e subordinada ao capitalismo internacional, o estado tem desempenhado um papel tal diante dos interesses dos monopólios nacionais e estrangeiros que o caracteriza como Estado Monopolista.

A economia brasileira, é, portanto, do tipo capitalista monopolista de Estado, o que faz com que centralize todos seus esforços na viabilização de mudanças que, sem modificar o sistema econômico brasileiro, beneficie extraordinariamente o capital privado nacional e estrangeiro.

A adoção por parte do Estado dessa política econômica agudiza as contradições de classes, e coloca a classe operária e os trabalhadores, em geral, num crescente estado de miséria.

O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil, implantado definitivamente sob a égide do imperialismo, se caracterizou também por ser um Estado que planeja sua economia de forma a atender cada vez mais e eficientemente os interesses do capital associado, quer seja através de uma economia desenvolvimentista, quer seja de uma econo -

mia ora estabilizadora.<sup>1</sup>

Nesse sentido, a política econômica do Estado, no Brasil, principalmente no pós-64, vai dirigir a econômica brasileira, em geral, e particularmente a política econômica de desenvolvimento da agricultura, associada aos monopólios. O que possibilitou o aceleramento do processo de concentração fundiária em favor das empresas privadas nacionais e estrangeiras, privilegiando os setores agrícolas de atividades que proporcionem rápida lucratividade e que seja capaz de absorver produtos dos monopólios internacionais, tais como maquinaria, fertilizantes, adubos etc.

## 2. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA AGRICULTURA

### 2.1. - Estratégia do Intervencionismo Estatal

Alguns autores observam que entre fins dos anos cinquenta e inícios dos anos sessenta houve um incremento da política econômica para a agricultura brasileira. Essas alterações teriam se dado com base na ideologia do desenvolvimentismo<sup>2</sup>, que era naquele momento a ideologia veiculada pelo Estado. A esse respeito José Graziano da Silva faz referência em seu trabalho. O Que é Questão Agrária, p. 7/8:

"... a discussão sobre a questão agrária fazia parte da polêmica sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira. Argumentava-se então que a agricultura brasileira - devido ao seu atraso seria um empecilho ao desenvolvimento econômico, entendido como sinônimo da industrialização do país".

Nesse período se dá a importação de tratores e alguns insumos para a agricultura assim como a orientação do Estado no sentido da concessão de incentivos fiscais. (As tabelas que seguem são ilustrativas quanto a estas afirmações).

(1) Ver Otávio Iani, in Estado e Planejamento Econômico no Brasil.

(2) Ver Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento no Brasil.

Tabela 1\*

EVOLUÇÃO RECENTE DA PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE  
TRATORES DE QUATRO RODAS

Anos	Frota de Tratores de 4 rodas e de Esteiras	Produção Interna	Importação	Vendas	
				Internas	Exportação
1950	8.372	0	8.373	n.d.	0
1960	61.345	37	12.702	n.d.	0
1967	n.d.	6.223	342	n.d.	31
1970	145.309	14.048	60	n.d.	41
1975	323.113	56.928	801	n.d.	671
1980	545.205	58.812	0	n.d.	7.759
1981	n.d.	38.988	0	28.104	10.073
1982	n.d.	35.687	0	28.164	6.239
1983	n.d.	22.612	0	26.639	n.d.

FONTE: Coluna 1: Censo Agropecuário; cols. 2 e 4: ANFAVEA; cols. 3 e 5: CACEX.

Nesse sentido o progresso técnico representava uma maneira do capital superar a barreira representada pela propriedade fundiária de baixa produtividade. Daí a necessidade do progresso tecnológico para o desenvolvimento do capital no setor agrícola<sup>3</sup>. Logo, tratores, insumos, fertilizantes, são imprescindíveis enquanto bases técnicas de produção no processo de modernização ou industrialização da agricultura.

Pela tabela 1 podemos levantar algumas considerações: primeiro, que o número de tratores de 4 rodas e de esteiras cresceu extraordinariamente da década de 1950 a 1980, um crescimento de 651,2%. A partir do ano de 1960 a produção interna coincide com o aumento da frota de tratores de 4 rodas e de esteiras, e com a diminuição da importação dos mesmos.

De 1975 a 1980 nota-se um considerável aumento da exportação desses equipamentos com uma queda da exportação em 1982 que coincide com queda da produção interna e concomitante alteração na substituição de importações<sup>4</sup>.

(3) Ver José Graziano da Silva, "Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura", p. 20/23

(4) Ver Maria da Conceição Tavares, "da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro", p. 80/81.

(\*) Ver DELGADO, Guilherme da Costa. "Capital Financeiro e Agricultura no Brasil"

Tabela 2 \*\*

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (CAI) - COMPOSIÇÃO E PARTICIPAÇÃO PROPORCIONAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO — 1970-1975-1979

Ramos e Sub-Ramos Industriais	Valor da Transformação Industrial (VTI) do Ramo no VTI da Indústria de Transformação (%)		
	1970	1975	1979
I. INDÚSTRIAS A MONTANTE	2,40	3,97	3,96
a) Química (parcial)	0,98	1,63	2,77
. Adubos, fertilizantes e corretivos	0,68	1,19	1,65
. Inseticidas, germicidas e fungicidas	0,30	0,44	0,37
b) Mecânica (parcial)	0,60	1,40	0,90
. Máquinas e implementos agrícolas	0,42	0,88	0,58
. Fabricação e montagem de tratores	0,18	0,52	0,32
c) Produtos Alimentares (parcial)	0,32	0,45	0,65
. Rações para animais	0,32	0,45	0,65
d) Produtos farmacêuticos e veterinários (parcial)	0,50	0,49	0,39
. Produtos veterinários	0,50	0,49	0,39
II. INDÚSTRIA A JUSANTE	26,26	24,68	25,07
a) Produtos Alimentares (parcial)	12,32	10,63	10,21
. Beneficiamento, moagem, torrefação	2,85	2,67	2,19
. Preparação de refeições, conservas	0,58	0,53	0,98
. Abate de animais frigoríficos	2,00	1,88	1,76
. Preparação do pescado	0,23	0,19	0,26
. Resfriamento e preparação/leite e laticínios	1,34	1,04	1,06
. Fabricação e refino de açúcar	2,12	1,53	1,35
. Fabricação de balas e caramelos	0,49	0,40	0,46
. Fabricação de produtos de padaria	1,05	1,02	0,73
. Fabricação de massas alimentares	0,58	0,55	0,52
. Preparação de produtos alimentares diversos	1,07	0,83	0,90
b) Química (parcial)	1,06	1,13	1,70
. Destilação do Alcool	0,15	0,15	0,66
. Óleos vegetais e essências (em bruto)	0,91	0,98	1,04
c) Fumo (total)	1,30	1,06	1,10
d) Madeiras (total)	2,34	2,83	2,37
e) Mobiliário (móveis de madeira)	1,29	1,45	1,32
f) Couros, peles (total)	0,53	0,52	0,63
g) Bebidas (total)	2,10	1,79	1,56
h) Têxtil (parcial)	4,07	2,73	3,02
. Beneficiamento de fibras vegetais	0,81	0,72	0,63
. Fiação tec. fibras veg. e animais	3,26	2,01	2,39
i) Papel e Papelão (total)	2,53	2,55	3,16

FONTE: Censo industrial IBGE (1970-1975) e Pesquisa Industrial - IBGE, 1979.

(\*) Ver DELGADO, Guilherme da Costa. "Capital Financeiro e Agricultura no Brasil p. 39/40.

Pela tabela 2 vimos que a indústria a montante (meios de produção para a agricultura) não ocupa os níveis de maior percentagem na industrialização da agricultura. No entanto, são esses ramos da indústria a montante os de maior nível qualitativo, dado a sua importância na integração do processo de produção (de produção) dos demais ramos e sub-ramos. Essa tabela, embora não coloque a participação do capital estatal no financiamento e incentivo da indústria de produção, nos mostra quais os ramos e sub-ramos mais significativos para a formação do complexo agroindustrial.

A tabela 3 e 4 são elucidativas no que concerne aos dados referentes a intervenção estatal no desenvolvimento econômico brasileiro, em especial da agricultura.

Com o golpe militar de 1º de abril de 1964 essa mudança na política econômica, destinada à agricultura se institucionalizou. Se antes era uma forte concepção política e econômica que levava os governadores de um ou outro Estado, principalmente da Amazônia Legal, a incentivar a industrialização da agricultura, com os golpes são criados os mecanismos necessários à instalação e cumprimento dessa política pelo Governo Federal, na Amazônia Legal, sobretudo.

Sobre esse fato é importante destacar a interpretação de Otávio Iani, "A Luta Pela Terra, p. 2":

"Todo o peso do aparelho estatal, desde 1964, portanto dois anos antes da criação da SUDAM, já havia sido posto nos incentivos fiscais e creditícios para que a empresa agropecuária, além de outras, prosperassem no lugar. A partir de 1964, o Governo Federal procurou dinamizar a atuação das suas agências regionais, no sentido de conceder facilidades fiscais, dedução de impostos e facilidades creditícias para a produção pecuária, agrícola, extrativa e outras. Essa orientação apoiava-se na atuação da superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA, que em 1966 transformou-se em SUDAM) e do Banco de Crédito da Amazônia (BCA, que em 1966 transformou-se em BASA)!"

Tais medidas não foram, no entanto, tomadas só em relação à Amazônia Legal, mas para todas as regiões brasileiras. Porque o desenvolvimento da agricultura dependia da sua industrialização. Para isso era necessário se dispor de grandes extensões de terra para a média e grande produção.

No livro anteriormente citado, Otávio Iani mostra como se deu a intervenção do Estado na agricultura da chamada Amazônia Legal, em particular no Estado do Pará, na região de Conceição do Araguaia. A bordando a problemática da agricultura nessa região relacionando— às transformações sócio-econômicas ocorridas com a criação dos novos mecanismos estatais implantados. Esses últimos modificaram substancialmente a estrutura fundiária brasileira, com a fomentação da média e, principalmente, da grande propriedade, o que não se fez sem sérias implicações nas condições de vida da população camponesa, expropriando-a das terras em que trabalhavam.

No caso específico do Nordeste o que verificamos na bibliografia consultada foi que o desenvolvimento da agricultura nordestina se dá de forma diferente do acontecido nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul.

No Nordeste a agricultura mantém-se predominantemente nos moldes tradicionais (grande propriedade de um lado e pequena propriedade de outro), com a utilização, de forma variada, da força de trabalho disponível, "através de relações geralmente consideradas tradicionais, como o arrendamento, pago em moeda ou em produto, a parceria, os sistemas variados de moradores e até a mão-de-obra assalariada"<sup>6</sup>

Existem setores da agricultura nordestina bastante desenvolvidos tecnologicamente e de grande nível de produtividade e elevadas taxas de lucro, é o exemplo das destilarias e a grande usina de açúcar a Mandacaru, no município de Juazeiro da Bahia.

(6) Revista Raízes nº 1. Manuel Correia de Andrade. A Agricultura e os desafios do desenvolvimento no Nordeste do Brasil, p. 91. Contribuição apresentada no Seminário "Agricultura e Desenvolvimento", realizado de 13 a 16 de outubro de 1981 em Campina Grande, promovido pelo Mestrado em Economia (Rural) de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba.

A expropriação dos camponeses de suas terras (terras devolutas apossadas pelo campesinato) se deu em benefício dos monopólios, representados por grupos econômicos nacionais e estrangeiros, que estabeleceram grandes propriedades de terras destinadas à agropecuária, sendo a pecuária predominante e um grande número dessas grandes propriedades destinadas à especulação. (Tabela 5)

Essas medidas econômicas, ditadas pelos interesses do capital financeiro, tiveram como argumentação política "o aproveitamento do imenso potencial da riqueza regional". Na verdade, o que aconteceu foi a aliança Estado-Empresa Privada, com a subordinação da agricultura à indústria, a expropriação dos camponeses do seu meio de produção - a terra, e sua conseqüente transformação em assalariados rurais, provocando, assim, a proletarianização do campesinato, em especial, dos posseiros.

Tudo isso fazia parte da estratégia de intervenção do Estado na agricultura, que não poderia ter se concretizado sem os incentivos fiscais e creditícios, as isenções fiscais e a criação da SUDAM, SUDENE e SUDECO, e principalmente, com a aliança do Estado com os monopólios. (Quadro I)

O quadro I, na página seguinte nos permite uma visão do grau de concentração de terras e latifúndios por dimensão. Percebe-se também que essa concentração de terras e latifúndio por dimensão ocorre de maneira extraordinariamente intensa na Amazônia Legal.



## OS MAIORES LATIFUNDIÁRIOS DO BRASIL

A soma da área dos 27 maiores  
latifúndios do país equiva  
le à do Estado de São  
Paulo

Relação dos maiores detentores de terras e latifúndios por dimensão

Nome	Municípios	Área (ha)
MANASA-Madeira Nacional S/A	Lábrea-AM e Guarapuava-PR	4.140.767
Jari Florestal e Agropecuária Ltda	Almerim-PA	2.918.892
APUB-Agroflorestal Amazônia	Jutai e Carauari-AM	2.194.874
Cia Florestal Monte Dourado	Alerim e Mazagão-PA	1.682.227
Cia de Desenv. do Piauí	Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio, Pimenteirras, Manoel Emídio, Nazaré do Piauí, S. Francisco do Piauí, Oeiras, Canto do Buriti, Flriano, Ribeiro Gonçalves e Urucuí-PI	1.076.752
Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã S/A	Aripuanã-MT	1.000.000
João Francisco Marins Barata	Calcoene-AP	1.000.000
Manoel Meireiles de Queiroz	Manoel Urbano-AC	975.000
Rosa Lina Gomes Amora	Lábrea-AM	901.248
Pedro Aparecido Dotto	Manoel Urbano e Sena Madureira-AC	804.888
Albert Nicola Vitali	Formosa do Rio Preto-BA	795.575
Antonio Pereira de Freitas	Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Estirão do Equador-AM	704.574
Malih Hassan Elmadula	Itamarati-AM	661.173
Moraes Madeiras Ltda	Itamarati e Carauari-AM	656.794
INDECO S/A-Int.	Alta Floresta, Aripuanã e Diamantino	615.218
Desenvolvimento e Colonização Mário Jorge Medeiros de Moraes	Caruari-AM	587.883
Agroindustrial do Amapá S/A	Magazão-AP	540.613
Francisco Jacinto da Silva	Sandovalina-SP, Feijó-AC, Envira-AM e Naviraí-MS	460.406
Plínio Sebastião Xavier Benfica	Auxiliadora e Manicoré-AM	452.000
Cia. Colonizadora do NE	Carutapera-MA	448.000
Jorge Wolney Atala	Pirajuí-SP e Feijó-AC	436.340
Jussara Marques Paz	Surunduri-AM	432.119
Adão Medeiros Paz	Borba-AM	432.119
Adalberto Cordeiro e Silva	Pauini e Boca do Acre-AM e Feijó-AC	423.170

Nome	Municípios	Área (ha)
Romulo Bonalumi	Canamari-AM e Cruzeiro do Sul-AC	405.121
União de Construtoras S/A Mapel Marochi Agrícola e Ltda	Formosa do Rio Preto-BA  Itaituba-PA	405.000  398.786
TOTAL		25.547.539

Fonte: cálculos, tabulação e idealização do engenheiro agrônomo Carlos Lorena a partir de dados do INCRA. Publicado em "Alguns pontos de discussão sobre a questão da Reforma Agrária: o caso do Brasil".

## 2.2. Beneficiamento das Empresas Agrícolas com a Intervenção Estatal

No livro de Otávio Iani, anteriormente citado, a questão da aliança Estado-Empresa Privada é abordada de forma mais específica no processo de expropriação do campesinato da Amazônia, em particular de Conceição do Araguaia, no Pará. Porém, no trabalho de Guilherme da Costa Delgado, *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*, vemos que de 1965 a 1985 se dá toda uma estratégia de política econômica do Estado Brasileiro, aliado ao capital financeiro nacional e estrangeiro, no sentido da industrialização da agricultura ou expansão do Capitalismo no campo. Segundo, ainda, Guilherme da Costa Delgado, ob. cit. pgs. 34 e 35:

"O final dos anos 60 é considerado como marco de constituição do chamado complexo agroindustrial brasileiro (CAI), denominado ainda por alguns autores de arrancada do processo de industrialização do campo. Esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação".

A medida que, isso acontece, se dá uma especialização da produção e conseqüentemente novas divisões sociais, regionais e nacionais do trabalho.

Queremos chamar a atenção para o fato de que essa política de desenvolvimento econômico da agricultura brasileira se realiza com a privatização de agências do Estado. Por outro lado, ocorre o processamento da contínua tendência de concentração de grandes extensões fundiárias e acumulação privada de riquezas geradas socialmente. Isso faz com que se aprofunde a dominação do grande capital no campo, ou meio rural, e, concomitantemente, se deteriore, ainda mais, as condições de reprodução dos pequenos produtores e a proletarização de um grande contingente de camponeses.

As contradições inerentes a esse processo de desenvolvimento do capitalismo no campo cria grandes dificuldades para a produção e reprodução das condições materiais de vida dos trabalhadores camponeses, semi-proletários e proletários rurais. O capital financeiro e os monopólios obtiveram, no período em estudo, todas as condições oferecidas pelo Estado para a sua penetração e desenvolvimento no campo. "O volume de crédito concedido por finalidade e as taxas reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamento (prazos e carências elásticas), constituem-se no principal mecanismo de articulação pelo Estado dos interesses agroindustriais" (in Guilherme da Costa Delgado, ob. cit. pg. 79).<sup>5</sup>

Esses incentivos fiscais e creditícios se constituem em formas específicas do Estado Monopolista de países de economia periférica.

De grande importância, também, no nosso entender, foi a criação, por parte do Estado, de organismos como EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, SIBRATER - Sistema Brasileiro e Assistência Técnica e Extensão Rural, que possuindo excelentes condições infraestruturais contribuiu, significativamente, para o desenvolvimento tecnológico das grandes e médias empresas agropecuárias.

---

(5) Ver DELGADO, Guilherme da Costa. Ob. cit. pág. 81

Tabela 6\*

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO E OUTROS INDICADORES DA POLÍTICA DE CRÉDITO ENTRE 1969 e 1982

(MILHÕES DE CRUZEIROS)

Anos	Crédito de Custeio Milhões Cr\$ de 1977	Crédito de Investimento Milhões Cr\$ de 1977	Crédito Comercial Milhões Cr\$	Crédito Rural Total. Índice de Valor Real - Base 1969	Crédito Rural Total Milhões Cr\$ Correntes	Taxa Nominal de Juros (Taxas máximas cobradas)	Taxa de Inflação
1969	25.873,8	15.649,8	14.176,8	100,00	6.489,0	18,0	20,8
1970	29.543,7	17.982,1	18.719,9	118,97	9.428,0	17,0	19,8
1971	24.957,7	16.918,4	15.475,5	137,47	12.870,0	7,0	20,2
1972	29.610,7	23.522,7	17.985,9	170,49	18.669,0	15,0	17,0
1973	42.949,3	33.278,8	24.384,5	240,62	30.334,0	15,0	28,7
1974	56.003,0	37.652,7	30.726,0	297,56	48.273,0	15,0	28,7
1975	79.480,2	56.683,5	45.172,5	433,76	89.997,0	15,0	27,7
1976	78.399,1	60.233,2	47.149,5	444,93	130.226,0	15,0	41,3
1977	78.428,4	40.236,0	47.193,9	396,75	165.858,0	15,0	42,7
1978	80.437,0	42.122,4	46.108,5	403,45	233.942,0	15,0	38,7
1979	104.730,3	52.020,8	51.476,8	503,13	448.731,0	38,0	53,9
1980	113.720,9	37.700,9	49.558,9	481,11	825.397,8	45,0	100,2
1981	102.227,8	26.942,7	45.129,2	417,27	1.563.090,2	45,0	109,9
1982	108.582,8	22.138,9	38.080,4	404,10	2.960.272,9	60 a 80% da variação da ORTN	95,4

FONTE: Banco Central do Brasil - GERUR

"Crédito Rural - Dados Estatísticos - 1982, dados corrigidos para 1977 pelo Índice 2 da Conjuntura Econômica.

(\*) Ver DELGADO, Guilherme da Costa. "Capital Financeiro e Agricultura no Brasil", p. 81.

Tabela 7\*

**PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS CLIENTES NOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELA POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS NO BRASIL**

Safras	Produtores Individuais	Cooperativas de Produtores Rurais	Agroindústrias Comércio e Outros
1977-78	13,3	21,9	64,8
1978-79	4,8	22,5	72,7
1979-80	7,8	23,0	69,2

FONTE: Marcelo E. Liebhardt **O Sistema Cooperativista Brasileiro - Comercialização, Integração Vertical e Crédito**. Brasília, CFP, 1982.

(\*) Ver DELGADO, Guilherme da Costa. "Capital Financeiro e Agricultura no Brasil", p. 87

Com os incentivos fiscais concedidos pelo Estado, essas grandes e médias empresas conseguem fácil acesso à aquisição de meios de produção (máquinas, tratores, insumos, eletrificação rural, etc., em grande parte importados), para o desenvolvimento e crescimento econômico de sua produção. Tudo isso, com prazos, carências e lâstias e juros negativos dados pelo incentivos creditícios, afora os incentivos fiscais.

A intervenção estatal na agricultura se dá associada ao capital financeiro, a medida em que o Estado assume perante os bancos os ônus da política de incentivo ao desenvolvimento da agricultura, através da modernização de sua produção que se destina em geral à exportação.

**Quadro II - Desempenho da Agricultura  
(taxas anuais de crescimento)**

	1932/76	1962/76	1968/76
Produção de Exportáveis	4.26	6.26	9.09
Produção de Domésticos	4.44	4.00	3.32
Produção Total	4.58	4.80	5.11

FONTE: J.R. Mendonça de Barros e D. H. Graham, "A Agricultura Brasileira e o Problema da Produção de Alimentos" in Pesquisa e Planejamento Econômico 8 (3) dez. 1978.

(\*) Ver PEREIRA, Luiz C. Bresser. "Economia Brasileira - uma introdução crítica", p. 89.

Por último há uma seleção na clientela que demanda crédito, onde são preferidos os empresários rurais ligados as atividades econômicas de rápida e grande lucratividade e que se destinam a exportação. Como os pequenos produtores rurais não conseguem acesso aos benefícios estatais para a agricultura devido a pouca lucratividade de suas atividades econômicas agrícolas.

### 3. EXPROPRIAÇÃO DO CAMPESINATO

A expropriação do campesinato implica na transformação de parcelas significativas em trabalhadores assalariados rurais e urbanos. Logo, a proletarização processada intensamente no campo ou meio rural brasileiros dos anos cinquenta, em diante, sobretudo a partir da segunda metade da década de sessenta, é comprovada nos censos populacionais, agropecuários e de densidade demográfica realizados pelo IBGE para as décadas de 1950, 1960, 1970 e sinopse de 1980. Esses números demonstram que a população campestre diminuiu quantitativamente, de forma acentuada, de sessenta até hoje.<sup>7</sup>

Esse aumento da população urbana e conseqüente diminuição da população rural de fins de 1950 em diante ocorreu (e ocorre, apesar dos "esforços" governamentais) devido a intensa e acelerada penetração e expansão do capitalismo no campo, com o auxílio da máquina estatal - que colocou em curso o processo de apropriação privada e concentração da propriedade da terra, sob o controle do grande capital.<sup>8</sup>

A formação e expansão de empresa capitalista no campo ou da industrialização da agricultura se deu, portanto, de forma a alterar radicalmente as condições sócio-econômicas de vida do campesinato. Este passou a conviver com formas mais difíceis de sobrevivências, uma vez que grande parte, composta pelos posseiros, expulsa de suas posses, expropriada de um dos seus mais importantes meios de produ-

(7) Ver Otávio Iani, ob. cit. p. 145

(8) Idem, idem p. 207/210

ção - a terra, fica dispondo única e exclusivamente de sua força de trabalho. Os pequenos produtores, quando não eram obrigados a vender suas pequenas glebas de terra tinham que trabalhar nas grandes propriedades para complementar sua sobrevivência, tornando-se semi-proletários. Ou ainda, "quando não espoliada pelo comércio interme-diário, resta-lhe vegetar completamente à margem da vida econômica do País, lutando por uma sobrevivência miserável e precária" (Caio Prado Jr. A questão Agrária, página 76).

Tabela 8\*

## DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DO NORDESTE POR CONSUMO CALÓRICO

REGIÕES	CALORIAS				
	1700	1700 a 2000	2000 a 2500	2500 a 3000	3000
Oeste do Maranhão	37,8	15,99	18,29	13,00	14,93
São Luís	43,27	19,72	16,53	12,28	8,21
Leste do Maranhão	31,96	12,07	22,13	15,75	18,09
Sul Maranhense	52,45	7,80	12,48	7,88	19,39
Norte do Piauí	40,38	15,53	23,01	9,29	11,79
Teresina	44,97	16,82	17,11	9,41	11,70
Sul do Piauí	38,47	14,44	19,09	13,71	14,30
Noroeste do Ceará	46,73	12,96	19,20	8,95	12,16
Fortaleza	55,65	16,13	15,42	6,71	6,08
Centro Leste do Ceará	62,00	11,70	10,98	6,77	8,55
Sul Cearense	36,37	12,76	20,77	14,05	16,05
Oeste Potiguar	56,08	12,94	22,39	16,20	12,39
Central Potiguar	69,49	7,35	17,00	5,16	1,00
Natal	56,89	11,18	14,23	7,90	9,80
Sertão Paraibano	26,16	12,26	19,50	17,71	24,37
Agreste e Brejo Paraibano	54,62	15,52	15,26	6,74	7,85
João Pessoa	57,29	13,33	14,35	6,77	8,26
Sertão Pernambu- cano	40,68	12,11	17,10	9,70	20,40
Agreste Pernambu- cano	40,22	15,38	21,19	10,90	12,32
Mata Pernambucana	46,40	15,61	18,67	9,76	9,55
Recife	48,82	16,81	18,65	7,90	7,81
Sertão e Agreste de Alagoas	42,52	12,51	21,36	9,57	14,04
Mata de Alagoas	50,72	10,63	20,06	11,17	7,42
Maceió	65,72	10,86	13,53	5,53	4,36
Sergipana	46,10	19,52	18,03	6,21	10,15
Aracaju	47,06	17,87	16,59	10,05	8,42
Oeste Baiano	46,69	17,87	16,59	10,05	8,42
Leste Baiano	50,69	14,87	17,64	8,59	8,20
Salvador	56,43	14,27	15,56	7,18	6,57
Litoral Sul Baiano	55,13	13,90	12,48	6,67	11,81

Fonte: Ref. 2

Quando foi do seu interesse, o capitalismo financeiro manteve aquelas relações de produção tidas como obsoletas, tais como os meeiros, moradores, arrendatários, foreiros etc. Mas mudando a qualidades dessas relações de pré-capitalistas para subordinadas aos interesses do capitalismo financeiro.

Esse processo de expropriação que é violento em si pelas contradições e desigualdades que encerra é realizado através do auxílio das instituições de coerção do Estado: as leis e as forças armadas. O período a que estamos nos referindo nesse trabalho é marcado, também, pela elevação de grau dos conflitos no campo com a morte de uma massa crescente de camponeses, uma vez que a expropriação desse campesinato não foi aceita de forma pacífica. Por outro lado, a violência continua impune, de forma institucionalizada.

Logo, a questão agrária, já existe antes do aprofundamento e aceleração do capitalismo no campo, torna-se cada vez mais intensa, exigindo respostas que não sejam, evidentemente, a continuação desse processo de deterioração das condições de vida do campesinato e assalariados rurais, e da concentração e acumulação de riqueza por parte das grandes empresas nacionais e estrangeiras.

A questão agrária, portanto, continua na ordem do dia, encerrando contradições e antagonismos de classes "que são personificadas principalmente por duas classes sociais: a burguesia agropecuária e os posseiros (ou campesinato)" (Otávio Iani, Conceição do Araguaia, página 145). Portanto, sendo a grande maioria, dos trabalhadores rurais assalariados, a luta de classes, no campo hoje, se dá fundamentalmente entre a burguesia e o proletariado.



## CONCLUSÃO

No processo de mundialização do capitalismo, sob a fase atual, do imperialismo, o capital financeiro penetra e se expande por todos os setores essenciais da economia capitalista.

A agricultura é um setor essencial da economia capitalista, e assim sendo, ela é tão mais importante para os interesses capitalistas, quanto mais for industrializada ou modernizada.

Logo após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial o capitalismo monopolista, ou imperialismo, adotou como uma das suas prioridades, a nível econômico, o aceleração do desenvolvimento capitalista da agricultura. Os chamados países desenvolvidos tiveram então a sua agricultura altamente industrializada.

No entanto, com o crescente desenvolvimento e aperfeiçoamento do modo-de-produção capitalista, se aprofunda a tendência à especialização cada vez maior da produção e conseqüente divisão social internacional do trabalho.

Aos países mais desenvolvidos da cadeia internacional do capitalismo, passa a caber a produção dos produtos da indústria de ponta, dos produtos químicos e de tecnologia avançada. Com isso fica reservado o papel aos países de economia capitalista periférica de intervenção no desenvolvimento da agricultura, através da sua integração ao capitalismo financeiro, industrializando-a, ou modernizando-a, para melhor atender a demanda do comércio externo. Os países subordinados aos interesses dos monopólios passam, então, a desempenhar na divisão social internacional do trabalho, o papel de produtores de matérias-primas e alimentos principalmente.

Ao Estado Monopolista, de economia periférica, é reservado o papel de gerenciador dos interesses dos grandes monopólios e cabendo-lhe proporcionar as condições infra-estruturais para o desenvolvimento da agricultura. Para promover as condições necessárias ao desenvolvimento da agricultura, o Estado associa-se ao capital financeiro. Uma vez que a implantação da infra-estrutura requer altos custos de investimentos.

Esse poder de intervenção do Estado na agricultura, se por um lado lhe confere um certo domínio no planejamento da produção a

grícola, por outro revela a importância secundária que têm dado as questões de interesses fundamentais para a grande maioria dos trabalhadores do campo, os quais têm sido intensamente espoliados nesse processo de expansão do capital financeiro no campo.

As contradições originadas com o processo de desenvolvimento da agricultura, através da expansão do capitalismo no campo agudizaram a questão agrária, no Brasil, provocando uma tendência crescente à concentração da propriedade e à acumulação da riqueza gerada socialmente gerada. Ao mesmo tempo em que as condições de vida dos trabalhadores rurais se deterioram cada vez mais, atingindo um estado de miséria crescente. O que nos leva a entender que, dado ao elevado grau de contradições e interesses antagônicos de classes, o problema agrário, no Brasil, não tem solução sob o imperialismo.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. Agricultura e Capitalismo. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- CARDOSO, Mirim Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento no Brasil: JK-JQ, 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978, 459 p.
- DELGADO, Guilherme da Costa. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo. Editora Ícone. 1985. 240 p.
- GALLIANO, A. Guilherme. O Método Científico: Teoria e Prática. São Paulo. Editora Mosaico. 1979. 200 p.
- IANNI, Octavio. A Luta pela Terra, 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1981..
- 
- ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL, 2<sup>a</sup> ed. São Paulo. Editora Civilização Brasileira. 1977. 316 p.
- LENIN, V. I. O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo. Obras escolhidas. Editora Progresso. Tomo II.
- MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis. Editora Vozes. 1985. 134 p.
- OHWEILER, Otto Alcides. O Capitalismo Contemporâneo. Porto Alegre. Ed. Mercado Aberto. 1986. 136 p.
- PEREIRA, L. C. Bresser. Economia Brasileira. Uma Introdução Crítica. São Paulo, Editora Brasiliense. 1985. 169 p.
- PRADO JR., Caio. A Questão Agrária no Brasil. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1987. 188 p.
- SILVA, José Graziano da. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo. Editorua Hucitec. 1981. 210 p.
- 
- O Que é Questão Agrária. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1981. 108 p.
- SOUZA, Herbert de. AFONSO, Carlos A. O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil: A Crise Fiscal. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1977. 132 p.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre Economia Brasileira. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Zahar. 1972. 263 p.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1981. 87 p.
- JORNAL RETRATO DO BRASIL. Artigo: A Escravidão no País do Latifúndio. 22/01/87.
- REVISTA RETRATO DO BRASIL, nº 15. O Capital Estrangeiro no País: Nacionalistas e entreguistas no Clube Militar .
- CPT. CEPAC. IBASE. O Genocídio do Nordeste 1979-1983. São Paulo. Editora Hucitec Ltda. 1987. 147 p.
- REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS - RAÍZES nJ 1. JUL/DEZ. 1982. Publicação Semestral dos Mestrados em Economia e em Sociologia (Rural) de Campina Grande - UFPb.

Tabela 4\*

Brasil: Porcentagens Setoriais do Total das Despesas Estatais  
(Governo Federal + Estados)

	1970	1971	1972	1973	Média 1970-1973	Média 1967-1969	Média 1964-1966	Média 1961-1963
<b>1. Despesas de capital social</b>	70,4	69,3	76,4	77,8	73,6	72,0	76,6	76,1
1.1 Governo e administração	34,5	36,4	47,0	50,5	42,1	35,1	37,9	36,7
1.2 Capital físico	24,5	20,0	17,5	16,1	19,6	24,2	27,0	27,4
-agropecuária	3,0	3,6	2,6	2,3	2,9	3,3	3,7	4,9
-indústria e comércio	1,0	0,7	0,5	0,6	0,7	0,6	3,2	3,9
-infra-estrutura e serviços	20,5	15,7	14,4	13,2	16,0	20,3	20,1	18,6
1.3 Capital humano	11,4	12,9	11,9	11,2	11,9	12,7	11,7	12,0
<b>2. Gastos sociais da produção</b>	23,4	23,1	22,1	21,3	22,5	27,2	23,0	18,3
2.1 Bem-estar social	8,9	7,2	6,1	5,4	6,9	10,6	8,5	6,7
2.2 Defesa e segurança	14,5	15,9	16,0	15,9	15,6	16,6	14,5	11,6

FONTE: Anuários estatísticos, IBGE, 1963-1974.

(\*) Ver AFONSO, Carlos A. & SOUZA, Herbert de. "O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil", p. 69.

Tabela 3 \*

**Brasil: Porcentagens Setoriais do Total das Despesas Estatais**  
(Governo Federal + Estados)

	1967	1968	1969	Média 1967-1969	Média 1964-1966	Média 1961-1963	Média 1956-1960	Média 1950-1954
1. Despesas de capital social	73,8	70,6	72,1	72,0	76,6	78,1	75,2	69,4
1.1 Governo e administração	37,0	35,6	32,8	35,1	37,9	38,7	38,7	31,5
1.2 Capital físico	24,0	22,7	26,2	24,2	27,0	27,4	26,6	28,1
-agropecuária	3,1	3,7	3,2	3,3	3,7	4,9	4,9	4,6
-indústria e comércio	0,7	0,5	0,7	0,6	3,2	3,9	4,8	7,4
-infra-estrutura e serviços	20,2	18,5	22,3	20,3	20,1	18,6	16,9	16,1
1.3 Capital humano	12,8	12,3	13,1	12,7	11,7	12,0	9,9	9,8
2. Gastos sociais da produção		27,5	26,6	27,2	23,0	18,3	22,5	26,0
2.1 Bem-estar social	10,8	10,7	10,3	10,6	8,5	6,7	6,3	7,2
2.2 Defesa e segurança		16,8	16,3	16,6	14,5	11,6	16,2	18,8

FONTE: Anuários Estatísticos, IBGE, 1952-1971.

(\*) Ver AFONSO, Carlos a. & SOUZA, Herbert de. "O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil", p. 67.

Tabela 5\*

## ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL - 1968/72

Classificação	1965		1972		1965		1972	
	1965	1972	1965	1972	1965	1972	1965	1972
Minifúndios	2.766.201	2.437.001	75,8	70,1	45.821.125	46.276.871	12,5	11,8
Empresas rurais	88.256	162.803	2,4	4,6	16.459.914	35.967.465	4,6	9,1
Latifúndios:								
por exploração	793.381	787.195	21,8	22,6	275.294.099	270.051.147	76,5	68,6
por dimensão	279	176	0,01	0,0	22.887.914	17.979.379	6,4	4,6
Inconsistentes	-	87.345	-	2,5	-	22.955.044	-	5,8
<b>T O T A L:</b>	<b>3.646.117</b>	<b>3.475.518</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>360.418.098</b>	<b>393.230.232</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: José Gomes da Silva. Reforma Agrária no Brasil, 1971 e INCRA - Estatísticas Cadastrais/1

(\*) Ver ANDRADE, Manuel Correia de. "Agricultura & Capitalismo", p. 40.